



Prefeitura Municipal de Guararema

Estado de São Paulo



EDITAL N° 17
DE 3 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a Regulamentação da Feira Livre Municipal de Guararema, revoga a Lei n° 3120/2015 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAREMA APROVA
E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

LEI N° 3264
De 3 de Julho de 2018

CAPÍTULO I **DO FUNCIONAMENTO**

Art.1° A Feira Livre Municipal de Guararema realizar-se-á em local, dia e horário a serem estabelecidos por Decreto do Poder Executivo.

Art.2° No período de realização da Feira Livre fica proibido o trânsito e o estacionamento de qualquer tipo de veículo no seu recinto, motorizado ou não, inclusive de bicicletas, de skates, de patins e patinetes.

Art.3° A Feira Livre será organizada obrigatoriamente em seções de mercadorias, com a seguinte sequência:

- I** - Seção I - hortaliças, legumes e frutas;
- II** - Seção II - flores naturais, plantas, sementes de flores e de verduras, e acessórios correlatos;
- III** - Seção III - cereais, grãos, farináceos e massas alimentícias;
- IV** - Seção IV - especiarias;
- V** - Seção V - mel de abelha, seus derivados e produtos dietéticos industrializados, com Registro nos Órgãos Competentes;
- VI** - Seção VI - ovos;
- VII** - Seção VII - laticínios, salsicharias, produtos em conserva, condimentos e óleos comestíveis, com Registro nos Órgãos Competentes;
- VIII** - Seção VIII - pescados, crustáceos e frutos do mar;
- IX** - Seção IX - artesanato e tapetes em geral;
- X** - Seção X - roupas, acessórios, calçados, cama, mesa e banho;



Prefeitura Municipal de Guararema

Estado de São Paulo



- XI** - Seção XI - bijuterias, armarinhos, miudezas em geral e brinquedos;
- XII** - Seção XII - utensílios domésticos, ferramentas, serviços de afiação, reparos em painéis, serviços de conserto em geral;
- XIII** - Seção XIII - biscoitos, balas, bolachas, correlatos e leite de soja;
- XIV** - Seção XIV - doces caseiros, pães, rocamboles caseiros;
- XV** - Seção XV - milho verde cozido e derivados de milho;
- XVI** - Seção XVI - caldo de cana, coco verde gelado;
- XVII** - Seção XVII - salgados, congelados, lanches, pizzas, pastéis, churros, sucos naturais, artificiais e refrigerantes.

§1º As Seções serão organizadas para o comércio, frente a frente, respeitada a sequência das Seções, mantendo-se entre as barracas uma distância média de 0,60m (zero vírgula sessenta metros).

§2º Poderão ser utilizados anteparos laterais e na parte de trás da barraca, para proteção das mercadorias, dos feirantes e daqueles que trabalham na barraca, desde que obedeçam à padronização visual, definida pela Secretaria Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico.

§3º O corredor entre as barracas deverá ter, no máximo, 4,00m (quatro metros) de largura.

§4º Aquele que obtiver a inscrição municipal para exercer a atividade de feirante ocupará uma vaga na extremidade final da seção pretendida, respeitando os locais de atuação dos feirantes já instalados, a partir da concessão do Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura.

§5º Caso a seção de interesse do feirante não esteja prevista no artigo 3º desta Lei, ficará a critério da Secretaria Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico a sua regulamentação, desde que devidamente justificada.

Art. 4º Fica expressamente proibida a venda de bebidas alcoólicas em todo o recinto de realização da Feira Livre.

Art. 5º O módulo padrão destinado à exposição e venda de produtos serão estabelecidos por Decreto do Poder Executivo.

Art. 6º As barracas deverão ser mantidas em perfeito estado de higiene e conservação, tanto as próprias quanto as que forem cedidas pela Prefeitura, e obrigatoriamente, obedecer à padronização visual, definida pela Secretaria Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico.



Prefeitura Municipal de Guararema

Estado de São Paulo



Art. 7º Cada barraca terá a sua inscrição municipal, e as taxas serão cobradas com base na metragem linear utilizada.

§1º As taxas serão cobradas com base na somatória da metragem linear utilizada, caso o feirante exponha produtos em mais de uma feira, independente se concomitante ou não.

§2º Não será concedida inscrição municipal para a mesma seção ao cônjuge, sócios ou dependentes de qualquer feirante já inscrito.

§3º Caso seja constatada a situação prevista no parágrafo anterior, será revogada a última inscrição formalizada.

Art. 8º A Feira Livre será considerada completa quando atingido o número máximo de inscrições constantes no Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. O preenchimento dos números de inscrições fica condicionado à existência de espaço físico na Feira Livre, na data do requerimento de nova inscrição municipal para feirante.

CAPÍTULO II

DA PERMISSÃO DE USO AOS FEIRANTES

Art. 9º A ocupação dos espaços públicos destinados ao comércio praticado na Feira Livre, denominado Módulo de Ocupação, será deferida conforme definição das seções de produtos comercializados e concedida na forma de permissão de uso, a título precário e gratuito, regulamentada por Ato do Poder Executivo, conforme parágrafo 3º, do artigo 77, da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. A permissão de uso será realizada a título precário e gratuito, sem prejuízo da obrigação do(a) PERMISSIONÁRIO(A), quanto ao recolhimento da taxa de licença para funcionamento, nos termos do §1º do artigo 7º desta Lei.

Art. 10 É obrigatório o uso da estrutura das barracas cedidas aos feirantes, a título gratuito, mediante termo de permissão de uso, nos dias de realização da Feira Municipal, sendo vedada a utilização em outros Municípios.

§1º A cessão de estrutura de barracas aos feirantes fica limitada à disponibilidade da municipalidade.

§2º Os feirantes que não tiverem a cessão das barracas pela Prefeitura, deverão providenciar a compra no mesmo padrão de estrutura, cor e característica daquelas cedidas pela Prefeitura



Prefeitura Municipal de Guararema

Estado de São Paulo



de Guararema, de modo a conservar a identificação visual da Feira Livre.

§3º O feirante que tiver a permissão de uso da barraca terá total responsabilidade sob a sua guarda, transporte e conservação da mesma.

§4º O dano causado ao bem cedido será ressarcido pelo permissionário, conforme termo de permissão de uso.

CAPÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES

Art.11 São obrigações dos feirantes:

- I** - respeitar a ocupação dos módulos de seu domínio, constantes no Alvará de Funcionamento, e o alinhamento estipulado pela fiscalização;
- II** - acatar as ordens e instruções da fiscalização, em especial quanto ao padrão visual das barracas e disposição das mesmas;
- III** - responder por todos os atos que praticar e pelos atos praticados por seus prepostos e auxiliares, quanto à observância das obrigações decorrentes de sua inscrição na Feira Livre;
- IV** - manter rigorosa higiene pessoal, do vestuário, dos equipamentos e utensílios que servirem para realização de seu comércio, zelando pela limpeza do espaço que ocuparem na Feira Livre, devendo todo lixo produzido em virtude do funcionamento da barraca ser acondicionado em sacos plásticos resistentes, para posterior recolhimento pelo serviço de limpeza pública;
- V** - usar guarda-pó ou avental, tanto o responsável como seus prepostos e auxiliares, na cor cinza claro ou branco, quando a Vigilância Sanitária assim o exigir, sobretudo nos casos de alimentos para serem consumidos no local;
- VI** - respeitar e cumprir o horário de realização da Feira Livre;
- VII** - dispor suas mercadorias, produtos ou mesmo objetos, de modo a permitir o livre trânsito dos consumidores e transeuntes;
- VIII** - instalar balança em local de fácil visualização para o consumidor, e mantê-la sempre em perfeito estado de limpeza e funcionamento, conservando-a aferida e nivelada;
- IX** - não utilizar aparelhos sonoros, no perímetro da Feira Livre, para quaisquer tipos de propaganda ou entretenimento;
- X** - afixar em local visível e durante todo o período de realização da Feira Livre, o Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura e Cadastro Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária;
- XI** - respeitar as Normas de Vigilância Sanitária vigentes;
- XII** - zelar pela preservação das barracas, atentando-se pela sua conservação, aparência e padronização, conforme determinado pela Secretaria Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico;



Prefeitura Municipal de Guararema

Estado de São Paulo



XIII - a presença do feirante titular do Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura e Cadastro Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária durante o funcionamento da feira, salvo por motivo de saúde, caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado na Secretaria Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico;

XIV - participar das capacitações promovidas pela Secretaria Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico, quando identificadas necessidades.

§1º As barracas que comercializam alimentos para o consumo no local deverão dispor de bancos brancos de plástico, em bom estado de conservação, para os consumidores, enquanto estiverem consumindo seus produtos, além de recipientes adequados para o armazenamento de papéis e descartáveis, bem como, lixeiras suficientes com tampa e pedal para descarte do lixo.

§2º É obrigação do feirante a aquisição dos itens previstos no inciso V e no §1º deste artigo.

§3º O descumprimento das obrigações dispostas neste artigo sujeitará os feirantes às penalidades previstas nesta Lei.

CAPÍTULO IV DAS PROIBIÇÕES

Art.12 É proibido aos feirantes:

I - faltar à Feira Livre por 4 (quatro) vezes consecutivas ou 6 (seis) alternadas, durante o ano civil, salvo por motivo de saúde, caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado na Secretaria Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico.

II - comercializar produtos diferentes do constante no Alvará de Funcionamento, ou de procedência duvidosa, adulterados, falsificados ou em desacordo com as normas da Vigilância Sanitária;

III - exercer suas atividades na forma de rodízio com outros feirantes cadastrados no mesmo grupo de comércio ou em grupos diferentes;

IV - ocupar mais de uma barraca, ainda que tenham produtos distintos;

V - causar dano ao bem público ou particular no exercício de sua atividade;

VI - permitir que pessoas estranhas permaneçam na área destinada aos feirantes para a comercialização das mercadorias;

VII - permitir a permanência de animais na área abrangida pelo respectivo equipamento;



Prefeitura Municipal de Guararema

Estado de São Paulo



- VIII** - perfurar calçadas ou vias públicas com a finalidade de fixar seu equipamento;
- IX** - fumar no interior da barraca, durante o período de comercialização;
- X** - agir de forma desrespeitosa com o consumidor ou atribuir-lhe maus tratos;
- XI** - praticar agressão física ou verbal na Feira Livre;
- XII** - impedir a execução de ações fiscalizadoras;
- XIII** - deixar de atender as convocações da Administração Municipal;
- XIV** - recusar-se a exhibir documentos de porte obrigatório;
- XV** - utilizar documento rasurado ou de difícil leitura;
- XVI** - conturbar os trabalhos da Administração Municipal ou da fiscalização;
- XVII** - explorar a permissão exclusivamente através de preposto;
- XVIII** - ceder ou alugar, temporária ou definitivamente, sua barraca ou parte desta a terceiros;
- XIX** - sendo Permissionário de uso de bem público (barraca cedida pela Prefeitura Municipal), fica vedada a sua utilização em outro local que não sejam as Feiras Livres Municipais de Guararema;
- XX** - colocar ou expor mercadorias fora dos limites da área permitida, ou em contato direto com o solo, seja para venda ou simples depósito;
- XXI** - transferir o direito da permissão de uso para terceiros, exceto no caso de falecimento do feirante ou da sua aposentadoria, quando a permissão poderá ser transferida ao cônjuge sobrevivente e, na falta deste, a um dos filhos, mediante desistência dos demais, e, na falta destes, o espaço ocupado pela barraca será considerado vago, com o cancelamento da permissão.

Parágrafo único. Após 6 (seis) meses de afastamento, a permanência ou não do feirante deverá ser analisada pela Secretaria Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico.

Art.13 Os interessados deveram requerer a transferência de que trata o inciso XXI do artigo anterior no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do óbito ou da aposentadoria, juntando para tanto, os documentos necessários para a devida comprovação, respeitadas as disposições do artigo 7º desta Lei.

Parágrafo único. Nos casos de falecimento, e transcorrido o prazo do *caput* deste artigo sem que o interessado tenha requerido a transferência da permissão do uso, a mesma será automaticamente revogada, com o conseqüente cancelamento da inscrição municipal e da licença para funcionamento.

Art.14 A permissão de uso será revogada, com o conseqüente cancelamento da inscrição municipal e da licença de funcionamento,



Prefeitura Municipal de Guararema

Estado de São Paulo



quando não houver recolhimento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas da taxa de licença para funcionamento.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art.15 As transgressões aos dispositivos estabelecidos por esta Lei e atos complementares baixados pela Administração Municipal sujeitarão o feirante, sem prejuízo de outras cominações legais, às imposições de penalidades, podendo ser impostas em conjunto ou separadamente, em decorrência da configuração do ato praticado e observada a sua dosimetria, garantida a ampla defesa do interessado:

I - notificação;

II - advertência;

III - multa;

IV - apreensão, interdição ou inutilização de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;

V - suspensão da inscrição municipal de feirante;

VI - revogação da permissão de uso da estrutura das barracas, com o conseqüente cancelamento da inscrição municipal e da licença de funcionamento;

VII - obrigação de ressarcir os custos pelo dano causado à barraca cedida pela Prefeitura.

§1º O valor da multa do inciso III deste artigo será aplicado de acordo com o Anexo Único desta Lei, sem prejuízo das demais legislações pertinentes.

§2º As multas serão aplicadas em dobro nas reincidências praticadas no período de 1 (um) ano.

§3º Em caso de descumprimento do artigo 2º, caberá à Fiscalização de Obras, Serviços Públicos e Posturas apreender os veículos não motorizados, e à Fiscalização de Trânsito a aplicação de multa no caso de veículos motorizados.

Art.16 Antes da aplicação das penalidades, a fiscalização realizará a orientação técnica e/ou notificação preliminar, tendo o feirante o prazo de 7 (sete) dias para regularizar a situação ou apresentar a sua defesa.

§1º Caso não haja regularização da situação descrita na orientação técnica ou na notificação preliminar, dentro do prazo estabelecido, será aplicada ao feirante a penalidade pertinente ao caso.



Prefeitura Municipal de Guararema

Estado de São Paulo



§2º Será aplicada suspensão de 30 (trinta) dias se o infrator não sanar a irregularidade descrita na notificação preliminar em reincidência específica.

Art.17 Caberá recurso, com efeito suspensivo, das penalidades previstas no artigo 15 desta Lei, no prazo de 7 (sete) dias corridos, a contar da notificação da aplicação da penalidade, devendo ser interposto, por meio de petição, na Coordenadoria de Gestão Documental.

§1º O recurso protocolado será remetido ao setor responsável pela gestão da Feira Livre, na Secretaria Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico, para que possa manifestar-se sobre os termos da defesa, bem como à Diretoria de Vigilância em Saúde, se for o caso e, em seguida encaminhado à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, para as análises pertinentes.

§2º Feita a análise pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, o processo seguirá para o Secretário Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico, para a decisão, seguindo para ciência do interessado.

§3º A parte notificada poderá interpor recurso voluntário justificado ao Prefeito Municipal, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da ciência da decisão prevista no parágrafo anterior, sendo afastadas aquelas hipóteses em que o referido recurso tenha cunho meramente protelatório.

§4º Recebido o recurso, o Prefeito Municipal analisará e proferirá decisão, da qual não caberá mais recurso.

Art.18 Cancelada a licença, não caberá ao feirante nenhum direito a compensação, indenização ou restituição de qualquer natureza.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.19 As atividades realizadas na Feira Livre serão fiscalizadas pelos Agentes de Fiscalização de Obras, Serviços Públicos e Posturas, em conjunto com a Secretaria Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico, Coordenadoria de Vigilância Sanitária e Diretoria de Trânsito, cada um dentro de sua competência, sempre que houver realização das atividades.

I - A Secretaria Municipal de Emprego e Desenvolvimento Econômico terá poderes para averiguar o atendimento dos requisitos da presente Lei, apontando as irregularidades cometidas.



Prefeitura Municipal de Guararema

Estado de São Paulo



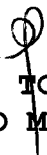
II - A Coordenadoria de Fiscalização de Obras, Serviços Públicos e Posturas e a Coordenadoria de Vigilância Sanitária terão poderes para advertir, notificar, multar ou apreender, interditar ou inutilizar produtos, equipamentos, utensílios ou recipientes, de acordo com a legislação vigente.

Art.20 Fica autorizada a permissão de uso, a título gratuito, de 1 (um) módulo padrão ao Fundo Social de Solidariedade de Guararema.

Art.21 As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art.22 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 3120/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAREMA, 3 DE JULHO DE 2018.


ADRIANO DE TOLEDO LEITE
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado na Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Finanças e publicado na Portaria Municipal na mesma data.


VÂNIA DA CONCEIÇÃO NOGUEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS



Prefeitura Municipal de Guararema

Estado de São Paulo



ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 3264/2018

TABELA BÁSICA PARA APLICAÇÃO DE MULTAS POR INFRAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO		ARBÍTRIO DA MULTA EM UEM
CAPÍTULO / SEÇÃO	DISPOSITIVO LEGAL	VALOR DA MULTA
CAPÍTULO I - DO FUNCIONAMENTO DA FEIRA LIVRE		
DA REALIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE	ARTIGO 1º	5
DA ENTRADA DE VEÍCULOS PARA CARGA E DESCARGA DE MERCADORIAS	ARTIGO 2º	5
DAS SEÇÕES DE MERCADORIAS E SUA ORGANIZAÇÃO	ARTIGO 3º	5
DA VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS	ARTIGO 4º	8
DA OCUPAÇÃO DOS MÓDULOS	ARTIGO 5º	5
DO ESTADO DAS BARRACAS	ARTIGO 6º	10
DA INSCRIÇÃO MUNICIPAL	ARTIGO 7º	5
CAPÍTULO II - DA PERMISSÃO DE USO DOS FEIRANTES		
A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AO COMÉRCIO PRATICADO NA FEIRA LIVRE	ARTIGO 10	5
CAPÍTULO III - DAS OBRIGAÇÕES		
SÃO OBRIGAÇÕES DOS FEIRANTES	ARTIGO 11	5
CAPÍTULO IV - DAS PROIBIÇÕES		
É PROIBIDO AOS FEIRANTES	ARTIGO 12	
	INCISO I	3
	INCISO II	5
	INCISO III	5
	INCISO IV	5
	INCISO V	5
	INCISO VI	3
	INCISO VII	5
	INCISO VIII	3
	INCISO IX	5
	INCISO X	5
	INCISO XI	5
	INCISO XII	5
	INCISO XIII	3
	INCISO XIV	3
	INCISO XV	3
	INCISO XVI	5
	INCISO XVII	5
	INCISO XVIII	5
	INCISO XIX	3
	INCISO XX	5
INCISO XXI	5	